



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAPEBUS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO**



**TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO
PARA REGISTRO DE PREÇOS**

I – DO OBJETO:

1.1 – O objeto deste TERMO DE REFERÊNCIA (PROJETO BÁSICO) tem como finalidade estabelecer parâmetros para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO PARCELADO DE ALIMENTAÇÃO PREPARADA DO TIPO “QUENTINHA”, LANCHE E BEBIDA PARA OS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE CARAPEBUS-RJ. Visando a continuidade aos serviços prestados em eventos, períodos de alta temporada onde houver a necessidade de alimentação daqueles que estiverem a serviço no local dos eventos.

1.2. - As condições, especificações técnicas e as quantidades estão estabelecidas neste instrumento.

1.3. - Os bens que se pretende adquirir são de natureza comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no presente Termo de Referência e no edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.4.- Os quantitativos a serem adquiridos se encontram detalhados no ANEXO I deste Termo de Referência.

1.5. - O prazo de vigência da ata de registro de preços é de 1 (um) ano, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por igual período, nos termos do artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.6 – O critério de julgamento menor preço global revela-se o mais adequado, considerando que o fornecimento ocorrerá de forma integrada e parcelada, sendo necessária a padronização dos produtos, embalagens e logística de entrega, assegurando uniformidade, qualidade e melhor controle de custos pela Administração.

II – DA JUSTIFICATIVA / DA FINALIDADE:

2.1. - A contratação justifica-se em face ao interesse público de proceder-se ao atendimento dos servidores da Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito, que prestam serviços no período de alta temporada e festividades, e que diante da inviabilidade e impossibilidade do retorno às residências, realizam as refeições no local de execução do serviço.

2.2. - Interesse público: atender as demandas de presença de guarnição nos períodos de alta temporada no município, garantindo a permanência das equipes em campo e a continuidade do serviço público prestado à população.

2.3.- Metodologia do quantitativo: utilizado um quadro informativo no Estudo Técnico Preliminar – ETP, o qual prevê as quantidades de agentes que serão movimentados no período, possibilitando estimar de forma realista o consumo necessário.

2.4.- Da eficiência administrativa: a contratação visa assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais, evitando deslocamentos para alimentação que poderiam causar interrupções, atrasos ou perda de efetividade operacional.

2.5.- Da economicidade: a centralização da aquisição por meio de pregão eletrônico em sistema de registro de preços garante melhor controle de gastos, economia de escala e flexibilidade na utilização, evitando desperdícios e despesas fragmentadas.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAPEBUS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO**



2.6. - Da legalidade e conformidade sanitária: ao optar por empresa especializada, a Administração assegura que os alimentos sejam produzidos em conformidade com as normas da ANVISA e da vigilância sanitária, garantindo higiene, segurança alimentar e qualidade nutricional, em observância ao princípio da legalidade.

2.7. - Do interesse público local: durante o verão e as festividades, o município recebe grande fluxo de pessoas, o que demanda reforço na segurança e no ordenamento do trânsito. O fornecimento de alimentação diretamente no local de atuação permite maior permanência das guarnições em campo, ampliando a sensação de segurança da população e dos visitantes.

2.8. - Da valorização dos servidores: a medida também contribui para o bem-estar físico e psicológico dos agentes, assegurando condições adequadas de trabalho, melhor desempenho funcional, redução do estresse e maior motivação para o cumprimento das atividades.

2.9. - Da urgência e sazonalidade: considerando que a demanda é extraordinária e temporária, restrita ao período de festividades, a contratação terceirizada e sob demanda mostra-se a solução mais adequada, ágil e eficiente para atender às necessidades do município.

III - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

3.1 – A licitante deverá apresentar Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento válida, emitida pela autoridade sanitária competente, referente ao local onde serão manipulados e preparados os alimentos.

3.1 - . Os produtos deverão ser entregues atendendo às características e especificações técnicas descritas neste Termo de Referência, de acordo com o Estudo Técnico Preliminar, devendo prezar pelo princípio da economicidade.

3.2 - O produto que apresentar violação de qualquer espécie deverá ser substituído pelo fornecedor.

3.3 - Só serão aceitos os materiais que estiverem de acordo com as especificações mínimas exigidas, em perfeitas condições e em embalagens lacradas, sem indícios de avarias ou violação.

3.4 - Poderão ser solicitados outros documentos, além dos já previsto em Edital e seus anexos, com descrição detalhada dos produtos ofertados, com menção expressa do FABRICANTE/MARCA, fotos, catálogos que permitam à Administração aferir a necessária e perfeita compatibilidade entre o que está sendo solicitado e o efetivamente ofertado.

3.5 – Os produtos deverão ser entregues na medida que forem solicitados pela contratante, o período de entrega não deverá ser maior que 3(três) horas a partir da solicitação à contratada.

3.6 – O pagamento ocorrerá a cada 30(dias) após recebimento da Nota Fiscal para comprovação do material entregue.

IV – DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

04.1 – Os materiais de expediente a serem adquiridos estão descritos no **ANEXO I**.

V – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

05.1 - A licitante deverá comprovar experiência prévia compatível com o objeto, mediante apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento de refeições prontas, quentinhas, marmitas, lanches ou serviços equivalentes, realizados de forma satisfatória.

05.2. - O atestado deverá comprovar que a empresa executou serviços com características e quantidades compatíveis e/ou aproximadas as previstas neste certame.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAPEBUS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO**



VI – DO PRAZO E VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

06.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços a ser firmada entre o MUNICÍPIO e a adjudicatária será de 12 (Doze) meses, contados a partir da assinatura da Ata, sendo possível sua prorrogação, por igual período, desde que haja comprovação de que o preço registrado é vantajoso à Administração.

06.2 – A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, obedecida às disposições contidas no Decreto Municipal nº 3.127.

VII – DO PRAZO PARA A ENTREGA DO OBJETO REGISTRADO:

07.1 – A entrega dos objetos será conforme solicitação da Administração Pública e deverá ocorrer de forma imediata por se tratar de produto perecível.

07.2 – Salvo se houver pedido formal de prorrogação do prazo definido no item anterior, devidamente justificado pelo licitante/contratado e acatado pela Administração, o prazo poderá ser prorrogado para melhor atendimento ao interesse público.

07.3 – O pagamento será realizado a final de cada mês no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal, observando-se a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, em função do cumprimento do art. 141 da Lei 14.133/2021.

07.4 - Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal no momento em que o órgão contratante emitir a Nota de Liquidação.

07.5 - Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos e direcionados a Prefeitura Municipal de Carapebus – CNPJ nº01.609.497/0001-02, endereço Avenida Getúlio Vargas, nº 15 – Centro – Carapebus/RJ.

VIII - DO LOCAL DA ENTREGA DOS OBJETOS:

08.1 – A contratada deverá realizar a entrega do referido objeto no próprio estabelecimento, sendo que a Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito se incumbirá de distribuir para os agentes em serviço.

IX – DA FISCALIZAÇÃO DA EVENTUAL CONTRATAÇÃO:

09.1 – O regime de execução é indireto, nos termos do Inciso VIII do Art. 6º da Lei de Licitações, sendo a fiscalização do recebimento do objeto da presente contratação que será exercida pelo servidor **Bruno Fernandes Neves, matrícula 206022**, profissional designado para tal finalidade que promoverá o acompanhamento da execução, bem como, a aceitação dos mesmos.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAPEBUS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO



09.2 – A fiscalização da administração pública se incumbirá de discutir e avaliar, constantemente, o teor, a qualidade dos Materiais e o andamento de sua execução e fazer exigências, quando necessárias.

09.3 – Em nível de acompanhamento, deverão ser procedidas reuniões periódicas na medida em que as necessidades do desenvolvimento dos trabalhos assim exigirem.

X - DO CUSTO ESTIMADO / DA COMPOSIÇÃO DE CUSTOS:

10.1 – Para a estimativa de preços, foram consultados os sítios governamentais do Painel de Preços, assim como consulta nos sítios de prefeituras, entidades públicas estaduais e sítios de lojas especializadas. Demonstrados no Anexo I do Estudo Técnico Preliminar.

XI - DO CUSTO ESTIMADO DA CESSÃO DE MÃO-DE-OBRA:

11.1 – Considerando o objeto, a natureza da contratação, por tratar-se de COMPRA DE MATERIAL, **NÃO EXISTE** incidência de mão de obra para atendimento do objeto.

XII – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

12.1 – A Dotação Orçamentária para execução são de FONTES PRÓPRIAS consignados na ficha orçamentária nº **093**, previstas na **Lei Orçamentária Anual de 2025**, no Plano Pluri Anual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, a seguir:

SEGMENTO	FUNCIONAIS	DESPESA	FONTE	FICHA
Fundamental	02.007.001.04.122.0001.2.049	33.90.30.00	1704	093

XIII – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

13.1 – Exercer a fiscalização das aquisições por Servidor ou Comissão especialmente designados, na forma prevista na Lei nº 14.133 e demais legislações pertinentes.

13.2 – O Servidor ou Comissão designado verificará, a etiqueta com as especificações dos produtos, o conteúdo das embalagens, as condições de manuseio, armazenamento e as condições e integridade das embalagens e do material (estado de conservação, fechamento, etc).

13.3 – Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues fora da especificação deste Termo de Referência/Projeto Básico para Registro de Preços.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAPEBUS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO**



13.4 – Comunicar à empresa CONTRATADA, por escrito ou outro meio eficaz de comunicação, as deficiências, porventura verificadas no fornecimento dos itens, para imediata correção, sem prejuízo das sanções cabíveis, apuradas no devido processo administrativo.

13.5 – Providenciar a **aceitação definitiva** do objeto deste Termo de Referência, em até 2 (duas) horas, contados da data da aceitação provisória emitida pela administração pública.

13.6 – Efetuar o pagamento nas condições e prazos pactuados.

XIV – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

14.1 – Entregar os materiais, no prazo e condições estabelecidas no item VI deste termo de referência.

14.2 – O objeto deverá ser entregue ao agente autorizado para a futura distribuição nos setores solicitantes.

14.4 – Os materiais entregues deverão possuir a mesma especificação daqueles descritos no ANEXO I.

14.5 – No caso de fornecimento de objeto fora das especificações deste Termo, o mesmo deverá ser substituído imediatamente, caso contrário, poderá ser considerada a inexecução do CONTRATO, sendo passivo de não pagamento pelo item, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, apuradas no devido processo administrativo.

14.6 – Todos os bens deverão estar acondicionados em suas embalagens originais, nas quais constarão os dados referentes a sua identificação.

14.7 – Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14.8 – Responder aos questionamentos e atender à CONTRATANTE no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da comunicação, seja por qualquer via, inclusive e-mail ou telefone.

14.9 – Apresentar cópia autenticada do ato constitutivo da CONTRATADA, sempre que houver alteração, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

14.10 – Descrever sua proposta obedecendo às especificações constantes deste Termo de Referência /Projeto Básico para Registro de Preços e seus anexos integrantes, bem como demais informações necessárias ao perfeito entendimento do conteúdo, sob pena de desclassificação da mesma, caso não o faça.

14.11 – Destacar, se assim desejar, na sua proposta e posteriormente na Nota/Documento Fiscal, no caso de microempresas e empresas de pequeno porte, se é ou não optante pelo Simples Nacional e em qual anexo a mesma se



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAPEBUS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO**



enquadra, para fins de aplicação de alíquota do ISS e IRRF prevista na Legislação Tributária Federal. Caso contrário, será atribuída a alíquota correspondente prevista no Código Tributário Municipal, assim como as alíquotas de 1% ou 1,5% a título de IRRF.

14.12 – Assinar a ata de REGISTRO DE PREÇOS, mantendo, durante toda a vigência dos mesmos, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital.

14.13 – Ser a única responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como por todos os gastos e encargos inerentes à mão de obra necessária à perfeita execução do objeto contratual, entendendo-se como ônus tributários: pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo poder público.

XV - DO EDITAL DA LICITAÇÃO:

15.1 – Os itens do Edital serão aplicados de acordo com a Comissão Permanente de Licitação, Procuradoria Geral do Município e a equipe Gestora do Pedido, bem como o presente termo de referência/Projeto Básico para Registro de Preços.

XVI- DO CONTRATO:

16.1 – As cláusulas contratuais obedecerão às disposições legais, bem como poderão atribuir outras cláusulas de acordo com o Gestor do Pedido, Coordenadoria de Controle de Contrato, Procuradoria-Geral do Município e o objeto empregado, para fins de efetividade e legalidade, nos termos da Lei Federal nº 14.133 e Decreto Municipal nº 3.127/2024.

Júnior Luiz Aladoga Gonçalves
Secretário Municipal de Segurança e Trânsito